

POUCO TEMPO DE ARRAES: SINDICALIZAÇÃO RURAL E O DIREITO DE RECLAMAR

Bernard José Pereira Alves¹

Resumo: O breve primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964) – interrompido pelo golpe militar de 1964 – foi marcado pela ampliação e fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais. O presente artigo se concentra em explorar como o governo fomentou a consolidação desses espaços como alternativa de se fazer presente dos debates acerca dos problemas enfrentados pelas populações rurais no Brasil. Num contexto fortemente marcado pela presença e atuação pregressa das Ligas Camponesas, Arraes teve de encontrar formas de imprimir suas marcas de atuação no campo. A aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, datada dos primeiros meses de 1963, consolidou-se como uma das principais referências dessa ação. Ao expandir os sindicatos e o acesso aos direitos no campo, o governo do estado acabou ampliou os canais de demanda, criando o “direito de reclamar” por parte de um grupo que historicamente se via alijado dessa condição.

Palavras Chave: Governo Miguel Arraes; Pernambuco, Sindicalização Rural.

Abstract: The brief first government of Miguel Arraes in Pernambuco (1963-1964) - interrupted by the military coup of 1964 - was marked by the expansion and strengthening of rural workers' unions. The present paper focuses on exploring how the government fomented the consolidation of these spaces as an alternative of being present in the debates regarding the problems faced by rural populations in Brazil. In a context strongly marked by the presence and action of Peasant Leagues, Arraes had to find

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR) – bernardjpa@yahoo.com.br.

forms to print your performance marks in the field. The application of Estatuto do Trabalhador Rural, dated of the first months in 1963, consolidated as one the main references of this action. By expanding the rural workers' unions and the access of rights in the countryside, the state government amplified the demand channels, creating the “right to claim” by a group that was historically devoid of this condition.

Key words: Miguel Arraes Government, Pernambuco, Rural workers' union.

Introdução

Em primeiro de abril de 1964, ainda de dentro do Palácio das Princesas, Miguel Arraes se pronunciava pelo rádio, negava-se a renunciar ou mesmo abandonar o governo. Cercado pelas tropas do IV Exército seria preso pouco depois, compondo o grupo daqueles primeiros a terem seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional de número um do governo militar. O mandato de Arraes como governador de Pernambuco pode ser considerado curto, assumiu em fevereiro de 1963, pouco mais de um ano antes do caso narrado acima, que cessaria seu governo. Permaneceria preso por pouco mais de um ano, seguindo logo depois para o exílio na Argélia.

O artigo se propõe a apresentar como o governo Arraes consolidou o apoio à sindicalização rural como principal estratégia para se inserir nos debates acerca dos problemas enfrentados pela população rural do estado de Pernambuco. Num contexto de acirramento do debate nacional acerca do tema reforma agrária, o curto governo de Arraes no estado pernambucano se fez presente pautando-se especialmente pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), datado dos primeiros meses do ano de 1963. Assim, o artigo se divide em duas seções: a primeira trata da consolidação da política de apoio à sindicalização dos trabalhadores rurais e, a segunda, na atuação do governo diante das tensões existentes tanto entre patrões e empregados, quanto entre os diferentes representantes dos trabalhadores rurais – Ligas Camponesas, Partido Comunista e Igreja, especialmente.

O Governo Arraes merece particular atenção pois, apesar de breve, atravessou um período de grandes transformações no que tange a questão agrária nacional. Pernambuco havia sido palco do surgimento das Ligas Camponesas que, desde meados da década de 1950, se consolidaram como o principal movimento de demanda por transformações no meio rural bra-

sileiro (CAMARGO, 1979; AZEVEDO, 1982; BASTOS, 1984; MEDEIROS, 1989). O final do ano de 1962 mostrava-se particularmente difícil para as Ligas, que passavam por um intenso processo de fragmentação diante dos embates de suas principais lideranças². Entretanto, se internamente o movimento se enfraquecia, publicamente alguns de seus efeitos eram visíveis, a reforma agrária havia sido colocada como um tema nacional e a situação das populações rurais, especialmente no nordeste, se evidenciavam precárias nas suas condições de vida e trabalho.

Assim, em fevereiro de 1963, Miguel Arraes assume o governo do estado diante deste contexto; um estado reposicionado no mapa, ao menos no que diz respeito à luta pela reforma agrária, em função do alcance das Ligas, além de uma crescente tensão no campo decorrente de novos agentes que buscavam rivalizar com as últimas – leia-se a Igreja Católica e Partido Comunista Brasileiro (PCB), especialmente. Ao mesmo tempo, o governo federal acenava debilmente com o enfrentamento da questão, deslocando-se essencialmente para a consolidação de uma política de sindicalização rural, que se consagraria com o ETR, em março de 1963, isto é, no segundo mês do governo de Arraes.

Estes elementos ajudam a referenciar as ações do governo de Pernambuco em relação à questão agrária no estado. Mais do que apostar em iniciativas que promovessem a distribuição de terras, concentrou-se especialmente em duas frentes de atuação: uma delas dizia respeito a políticas de aumento do crédito para os pequenos produtores que já dispusessem da propriedade; além disso, apoiou a formalização do sindicalismo rural e a negociação de acordos que garantissem ganhos trabalhistas e salariais aos trabalhadores do campo. Bem como anunciava em seu discurso de posse:

No caso do nordeste, é urgente resolver a questão agrária. Resolvê-la não significa dar um pedaço de terra a cada nordestino. Essa é uma mentira de demagogo. A demagogia nunca se voltou por exemplo, para a lição que nos dá o agreste pernambucano, onde existem 176000 pequenas propriedades, para as quais jamais se traçou uma política adequada, para as quais jamais a demagogia traçou qualquer plano. As 176 mil famílias dessas pequenas propriedades não podem sobreviver na terra, porque lhes faltam condições mínimas, não

2 Sobre as disputas internas e fragmentação das Ligas Camponesas, ver Alves (2015).

contam com financiamento, não há política de defesa de seus preços nem há uma organização capaz de negociar seus produtos e defendê-los no mercado. [...] Isso significa condenar a imensa maioria desses pequenos proprietários a abandonar o cultivo da terra, para ser trabalhador alugado a usinas ou a outras grandes propriedades; e significa, também condenar à improdutividade uma considerável faixa de terra, que poderia estar contribuindo para a riqueza do Estado³.

O discurso de posse de Arraes em momento algum faz menção direta às Ligas Camponesas, ainda que parte significativa de seu manifesto se concentrasse nas razões das diversas dificuldades enfrentadas pela população do estado. Questões relacionadas ao campo parecem mais vinculadas à dimensão do mundo do trabalho do que propriamente à luta por terra. Possíveis causas do problema e soluções pretendidas por Arraes podem ser localizadas igualmente em seu discurso.

Nosso povo, em sua maioria, não tem liberdade para trabalhar. E não a tem porque não há liberdade sem poder efetivo, sem possibilidade concreta de exercê-la. E na maioria do nosso povo não tem essa possibilidade, seja porque reduzido em sua capacidade física, pelas condições miseráveis em que vive, seja porque minimizado em sua capacidade intelectual, pelo atraso e pelo analfabetismo, seja porque limitado em sua margem de escolha, pelas deficiências quantitativas e qualitativas de nossa estrutura sócio-econômica. [...] Tentaram apresentar-me como agitador e incendiário, o homem que iria perturbar a tranquilidade e a paz da família pernambucana, e convulsionar o país, se eleito Governador do Estado. Depois, passaram então a dizer que eu era um bom moço, que eu iria modificar minha posição política, abandonar aqueles princípios que, por serem os princípios do povo brasileiro, sempre nortearam a minha vida pública. Pois que ninguém se iluda: assim

3 Discurso de Posse de Miguel Arraes em 31 de Janeiro de 1963.

como não me conseguiram transformar em agitador e incendiário, também não conseguiram e jamais conseguirão transformar-me num bom môço, acomodaticio aos privilégios que sempre combati e posso agora mais e melhor combater, no govêrno do Estado⁴.

“Bom moço” não foi o principal adjetivo dado à Arraes durante seu governo, seu posicionamento diante das manifestações dos trabalhadores rurais no estado renderam-lhe o predicado de “agitador” por parte de seus adversários e, inclusive, pautou fortemente o posicionamento dos militares quando o depuseram em abril de 1964.

Entretanto, voltando à citação anterior, é bastante sugestivo o posicionamento do governador em sua crítica à suposta falta de liberdade dos trabalhadores pernambucanos. Ainda que na primeira citação do governador as medidas a serem adotadas caminhassem mais objetivamente na direção de melhores condições de crédito para a população rural, a questão da liberdade abordada em seguida pode ser entendida como um aceno, ainda que breve, para o debate a respeito dos direitos dos trabalhadores rurais que, naquele momento, final de janeiro de 1963, estava em voga no cenário nacional e que seria consolidado pouco mais de um mês depois, com o ETR.

Assim, o repertório que o governo pernambucano dispunha para enfrentar seus problemas no campo, no momento do discurso de Arraes, era basicamente o fortalecimento das bases de crédito e apoio técnico aos pequenos agricultores do estado, caminho que viria a ser tomado basicamente por meio das ações da Companhia de Revenda e Colonização (CRC), criada no governo de Cid Sampaio. As desapropriações, tal qual fizera Brizola um ano antes no Rio Grande do Sul⁵, não pareciam se apresentar como alternativa, tanto pelas implicações econômicas⁶, mas especialmente pelos custos políticos envolvidos. Num contexto bastante tensionado pela presença e atuação pregressa das Ligas Camponesas e pelas acusações de agitador, recorrentemente imputadas ao governador eleito, a decisão da desapropriação seria mais um elemento para fomentar o predicado. Arraes consolida uma política, senão de reforma agrária, mas de apoio aos trabalhadores rurais, como forma de marcar posição no tabuleiro

4 Discurso de Posse de Miguel Arraes em 31 de Janeiro de 1963.

5 Sobre as desapropriações de Brizola no Rio Grande do Sul, ver Alves (2010).

6 As desapropriações deveriam ser realizadas mediante indenizações pagas em dinheiro, o que tornava sua prática especialmente dispendiosa aos cofres públicos dos estados.

da questão agrária nacional da época.

A sindicalização e o direito de reclamar

Não foi a ampliação do crédito aos pequenos produtores que fez o governo Arraes em Pernambuco ser reconhecido. A ação que lhe rendeu destaque foi o engajamento do governo na aplicação dos direitos trabalhistas que passavam a alcançar os trabalhadores rurais, especialmente a partir da regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural e, conseqüentemente, da ampliação dos instrumentos de sindicalização dos trabalhadores do campo.

O ETR⁷ foi sancionado em 02 de março de 1963, pouco mais de um mês depois do início do mandato de Arraes à frente do governo do estado. O estatuto corrigia uma série de distorções relacionadas às atividades de trabalhadores do campo, tais como regulamentação da jornada de trabalho, direito ao salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, aviso prévio, indenização por demissão, organização sindical, estabilidade de emprego quando cumprido o prazo legal determinado, direito de licença remunerada para mulheres em função do parto, entre outros. Isto é, quase 20 anos depois⁸, os direitos desfrutados pelos trabalhadores urbanos passavam a contemplar também os rurais.

Andrade (1986, p.35) destaca que a lei foi aprovada sem grandes obstáculos no Congresso Nacional. Tratava-se de uma mudança importante para setores mais dinâmicos da agricultura nacional. Ao mesmo tempo, nas localidades onde “dominavam relações de trabalho não capitalistas”, os grandes proprietários esperavam simplesmente que as novas regulamentações fossem desprezadas. Não seria a primeira vez que direitos trabalhistas seriam negados aos trabalhadores do campo, tais como o salário mínimo, férias remuneradas, entre outros, já estavam regulamentados e disponíveis na própria CLT, mas simplesmente não eram aplicados.

Prado Jr. (1979) também reputa ao ETR uma forte possibilidade de mudança nas relações de trabalho no campo:

A extensão da legislação social-trabalhista para o campo e a proteção legal do trabalhador rural – até hoje praticamente excluído dessa proteção que só vem favorecendo o trabalhador urbano – têm um alcance econômico e social que raros diplomas legais tiveram até

7 Lei de nº4.214.

8 A Consolidação das Leis do Trabalho data de 01 de maio de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas.

hoje entre nós. Apesar das graves falhas que apresenta a lei promulgada, e que logo veremos, seus efeitos, serão consideráveis, pois se efetivamente aplicada com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888(p.142-143).

Assim, se por um lado, o autor reconhece o potencial do “diploma legal”, ao mesmo tempo não deixa de tecer críticas ao texto, pois também tinha dúvidas sobre a possibilidade da efetiva aplicação do novo estatuto recém aprovado. A resposta para essa questão, em parte, pode ser dada pelo próprio Andrade (1986):

Ocorria, porém, que o ETR não surgia como uma dádiva aos trabalhadores rurais, mas como uma conquista e que estes, organizados em sindicatos a nível municipal, em federações a nível estadual e em confederação a nível nacional, tinham condições de se mobilizar, de enfrentar um luta séria e conseqüente e ir gradativamente fazendo valer os direitos que haviam conquistado. Para isso, contavam também com o apoio de alguns governadores estaduais, prefeitos municipais e parlamentares progressistas, que lutavam no Congresso por uma série de reformas, conhecidas como de base (p.35-36).

O que fazia aquele momento distinto era o fato da regulamentação do ETR se dar num contexto específico do enfrentamento dos problemas das populações rurais. Tal como foi exposto anteriormente, a reforma agrária e o drama das populações rurais do país vinham atraindo cada vez mais atenção. Se não representava avanço algum na direção do acesso à terra, ainda assim o ETR se colocava como uma possibilidade de profundas mudanças nas condições de trabalho de quem era empregado rural no Brasil.

Mesmo que a conjuntura apoiasse a pressão por parte dos trabalhadores rurais na direção da demanda, outro fator importante parece ter sido vital às transformações que o ETR foi capaz de promover, ao menos em Pernambuco. O apoio prestado pelo governo estadual na direção

de fomentar a criação dos sindicatos, além das mediações realizadas pelo governo entre patrões e empregados, especialmente na Zona da Mata do estado, merece destaque.

O órgão estadual responsável pela iniciativa era a Secretaria Assistente, segundo Brasil (1964), tinha sido criada ainda durante o governo de Cid Sampaio, mas foi no período que Arraes comandou o estado que a mesma ganhou importância, especialmente porque passou a utilizar os novos dispositivos jurídicos provenientes do ETR para dar impulso a suas ações. Os funcionários da Secretaria tentavam solucionar os problemas entre patrões e empregados sem que fosse necessário que as questões chegassem até a Delegacia do Trabalho. Segundo o autor, essa medida havia sido negociada entre o próprio governador e Enoch Mendes Saraiva, Delegado do Trabalho à época. Durante o ano de 1963, foi criada uma assessoria sindical, vinculada à Secretaria Assistente, que tinha “por objetivo fortalecer e orientar os sindicatos”. Contava com oito delegacias regionais, cada uma responsável por um certo número de municípios. Nestas havia um funcionário destinado a intermediar a solução de questões menos complexas, enquanto aquelas não solucionadas eram encaminhadas para a capital. Assim, conforme destaca Brasil (1964, p.51): “[é] com esse dispositivo que o governo vem agindo no campo, e que possibilitou levar greves e disputas camponesas, com os senhores de engenho, até o ‘Acordo do Campo’”. Fernando Augusto de Mendonça Filho foi um dos responsáveis por ocupar o cargo de Assessor Sindical para Assuntos do Campo.

Com o início do governo, houve uma mudança sensível nas relações de trabalho então vigentes por força da postura governamental, ou seja, o governo passou a garantir os direitos do trabalhador que, por sua vez, sentindo-se garantido ingressou numa nova fase, numa fase de reivindicações, de exercitar o que eu considero o direito de reclamar, que é universal. Esse direito de reclamar era obstado pelas forças econômicas que dominavam o Estado, as quais usavam a polícia como força de pressão contra os movimentos de reivindicação. Os movimentos de reivindicação, muitas vezes, derivavam para a greve. Nessa fase de assessor sindical eu atuei como um negociador de situações criadas por força desse clima de liberdade que gerou grande

número de movimento grevista. Eu era um elemento de intermediação entre o Governo... do Governo, retificando, entre patrões e empregados. Tudo nessa área rural, que era muito sensível, uma área que havia uma grande disputa de lideranças, setores os mais diversos: tem setores ligados à Igreja Católica; setores ligados ao Partido Comunista; setores ligados às próprias forças conservadoras; Ligas Camponesas, que precederam o governo por alguns anos. A experiência foi importante por várias razões. Importante porque me possibilitou o contato direto com as necessidades mais elementares da população rural, que se situa na Zona da Mata e, ao mesmo tempo aferir melhor o pensamento do chamado patronato rural, desde as usinas de açúcar, desde os usineiros, até os grandes, médios e pequenos fornecedores de cana⁹.

A partir dos primeiros meses do governo de Arraes, ao se utilizar das prerrogativas dispostas pelo ETR, os trabalhadores rurais de Pernambuco se veem diante de uma nova possibilidade, “o direito de reclamar”. Se até então o ato poderia ser entendido como uma afronta à própria moralidade que regulava as relações sociais no mundo dos engenhos, a partir daquele momento outros elementos passaram a compor aquele quadro. Entre patrões e empregados agora se colocavam presentes os sindicatos e também o próprio governo do estado, com a atuação de figuras como Fernando Mendonça.

A Secretaria Assistente permitiu ao governo do estado se colocar dentro das disputas que se tornavam cada vez mais evidentes a partir da criação dos sindicatos rurais. Tal como afirmou Mendonça, principalmente Ligas, Igreja e PCB passaram a competir fortemente pela direção dos mesmos. Se não era possível participar formalmente das disputas pela direção, a figura do funcionário do estado que se coloca diretamente como mediador das questões acaba por também gerar reconhecimento ao papel do governo nas disputas entre patrões e empregados. Os trabalhadores rurais reconheciam que podiam reclamar, mas não somente isso, podiam resistir, pois havia espaços específicos destinados diretamente a receber aquelas

9 Depoimento dado ao Centro de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco.

demandas.

Ainda nessa direção, outro elemento que gerou forte reconhecimento ao governo estadual por parte dos trabalhadores rurais é o meio do emprego da força policial. Tradicionalmente atrelada aos interesses dos latifundiários, durante o período que Arraes esteve à frente do governo de Pernambuco ele foi capaz de construir uma reputação sólida quanto ao uso da força – não como mecanismo de opressão, mas como instrumento orientado em tentar impedir a agressão entre as partes¹⁰.

O emprego da política de apoio à sindicalização rural de Arraes fortaleceu a imagem do governador frente aos trabalhadores do campo, mas isso não significou a criação de uma unidade na liderança de sua representação. As três principais forças que disputavam a criação e direção dos sindicatos em Pernambuco permaneciam Ligas Camponesas, PCB e Igreja¹¹.

A posição das Ligas Camponesas em 1963 se mostrava delicada, enfraquecida por cisões internas, a partir da intensificação do processo de sindicalização o movimento tentou forçar o reconhecimento de sua atuação pregressa para a criação das condições para a efetivação do ETR, além de reforçar a ideia de que a criação dos sindicatos não significava a extinção das Ligas. Esse argumento é apresentado por Francisco Julião em uma cartilha chamada “Bença Mãe” datada de 1963. Neste documento, Julião 10 São inúmeras as fontes que reafirmam que durante o governo de Miguel Arraes a polícia militar passou a reproduzir práticas diferentes daquelas que tradicionalmente empregava contra os trabalhadores rurais, isto é, o uso da violência desmedida e sem base legal. A principal mudança parece ter sido exatamente o impedimento dessas ações, o que não significa dizer necessariamente que as forças policiais passaram a ser usadas em favor dos trabalhadores rurais do estado. Dois casos podem exemplificar isso: o primeiro deles foi o assassinato de Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias - ex-militante das Ligas Camponesas e, na época do crime, militante do PCdoB, que atuava assessorando o sindicato de Itambé. Junto do último dois outros agricultores também foram mortos. Um segundo caso a ser lembrado é a chacina de 5 trabalhadores em Ribeirão, na Usina Estreliana. Estes foram mortos quando se encaminhavam para reivindicar o 13º salário. Em ambos os casos os mandantes dos crimes eram de conhecimento público e, ainda assim, não foram levados à justiça. Assim, ainda que se considere o avanço da política de segurança de Arraes ao ser capaz de impedir que as forças policiais fossem usadas contra os trabalhadores, isso não significa necessariamente que todos os conflitos no campo registrados no estado passaram a receber o mesmo tipo de tratamento legal. Sobre os dois casos, ver mais em Callado (1980) e Montarroyos (1982).

11 Também é possível localizar outros grupos menores que participaram da criação de sindicatos, como o caso de militantes do PCdoB, que haviam deixado os quadros das Ligas Camponesas. Esses militantes estiveram presentes na organização do sindicato de Itambé. Ver mais em Montarroyos (1982).

busca reforçar que o avanço da sindicalização não significa o fim das Ligas porque a razão da existência dos dois espaços – sindicato e movimento – seria bastante distinta. Enquanto o primeiro seria importante na luta pelos direitos, o segundo era fundamental na luta pela terra, isto é, luta pela reforma agrária em nada havia sido impactada pelo ETR. Julião (1963) afirma: “Do jeito que o Sindicato luta pelo salário, a Liga luta pela terra. O salário é como um copo d’água. A terra é como a fonte que enche o copo”.

A interpretação mais evidente para o posicionamento das Ligas pode ser entendida como uma alternativa para não perder ainda mais relevância diante do desgaste que já vinha sofrendo, isto é, o movimento passava a se apoiar nos sindicatos para não perder ainda mais espaço diante do crescimento da representação da Igreja e do PCB. Entretanto, vale recordar que o movimento se organizou, desde seu início, ao redor de foreiros e posseiros por uma razão específica; a existência de um repertório legal mobilizado por Julião e os demais advogados do movimento no sentido de permitir que aqueles grupos que buscavam ajuda pudessem ser amparados pelo Código Civil, que com os recursos legais disponíveis garantiam ao grupo demandante essencialmente uma conquista: o tempo. Tempo este utilizado para permanecer nas terras alvo do litígio e, assim, produzir e poder resistir aos enfretamentos de quem se dizia dono da área. De alguma maneira, o recurso inicial mobilizado pelas Ligas era estritamente legal e, vale destacar, aquele que se entendia como legítimo no momento de sua criação. Encarar que o posicionamento das Ligas Camponesas, diante da sindicalização, era necessariamente uma alternativa exclusiva para garantir sua sobrevivência é desprezar uma das características mais marcantes do movimento, que era se utilizar de todo o repertório legal disponível para permitir a ampliação dos mecanismos de resistência das populações camponesas.

Novos atores, governo federal e o Acordo do campo

Se por um lado as Ligas já se mostravam menos influentes, o PCB e a Igreja viram a sindicalização rural como meio de marcar presença efetiva no campo, ambos se ressentiam que tempo havia sido perdido e necessitavam acelerar suas ações na conquista dos espaços de representação dos sindicatos. Pelo lado do PCB, sua participação no governo de Arraes era bastante evidente, se não no comando das decisões, mas em posições importantes em Secretarias e outros órgãos estaduais. Ainda assim, no tocante à sindicalização em Pernambuco, a participação do PCB se mostrou

bastante presente. Uma das figuras de maior importância nesse contexto foi Gregório, segundo Callado (1980, p.103), “[o] nome de Gregório Bezerra não aparece na lista dos diretores do Sindicato de Palmares. O que ele faz é aliciar camponeses”.

Callado, ao fazer referência à Bezerra como um aliciador de camponeses, não o faz em tom pejorativo, ao contrário, pretende colocá-lo em destaque. Palmares era o mais importante sindicato rural de Pernambuco, com mais de 30 mil membros em meados de 1963. Grande parte disso fruto do trabalho do militante. Ao mesmo tempo, o próprio Bezerra é bastante claro na importância da postura do próprio governo do estado para o avanço do processo de sindicalização. Entretanto, a relação entre o militante e Arraes era anterior, em suas memórias (BEZERRA, 1980) conta com detalhes que havia participado da Frente do Recife, que esteve diretamente relacionada com a eleição de Cid Sampaio para governador em 1958 e de Arraes para prefeito da capital em 1959 e governador em 1962, entre outras¹². A relação pregressa entre Arraes e Bezerra se presta, em alguma medida, para ilustrar a própria conexão que se estabelecia em Pernambuco entre o governo estadual e o PCB, durante o curto período de Arraes comandou o estado: uma relação próxima e com raízes anteriores aos processos em curso.

Por outro lado, a relação entre Igreja e governo estadual se configurou de maneira menos amistosa. Tal como destaca Koury (2010), desde 1961, a Igreja se fez presente em Pernambuco por meio da atividade do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), que tinha como objetivos principais coordenar a ação sindical e formar lideranças. Um dos elementos que ajudou a consolidar a presença da Igreja na sindicalização rural foi o apoio encontrado no ministro do trabalho Franco Montoro, ainda em 1962, durante o regime parlamentarista, quando o cargo de primeiro ministro era ocupado por Tancredo Neves, tal como destaca Welch (2010):

Quase no fim de junho, o ministro Montoro baixou a portaria número 209-A, detalhando o processo de re-

12 Segundo Gregório Bezerra, após a eleição de Cid Sampaio para o governo do estado, o Comitê Estadual do PCB o designou para organizar a campanha eleitoral do então candidato. Bezerra conta que a relação entre Arraes e PCB teria se estreitado ainda durante a década de 1950, quando o então deputado estadual Miguel Arraes liderou em Pernambuco a campanha pela nacionalização das reservas de petróleo. Entretanto, a relação entre o militante e o político era ainda mais antiga. Bezerra havia sido instrutor de Tiro de Guerra de Arraes nas forças armadas. Ver mais em Bezerra (1980).

conhecimento dos sindicatos rurais de acordo com o decreto do trabalho rural de novembro de 1944. A nova regulamentação intensificava a corrida pela legalização das mais variadas organizações rurais até então estabelecidas. Dois anos mais tarde, depois dos militares tomarem o poder, José Rotta¹³ vangloriou-se para representantes estadunidenses, dizendo que sua federação de trabalhadores rurais estava em muito melhor posição do que a Ultab, quando esta regulamentação foi decretada. Isto se deve ao fato dos Círculos Operários da Igreja, terem concentrado seus esforços no estabelecimento de “sindicatos em formação”, enquanto que os comunistas haviam criado associações civis. Rotta ainda afirmava que a força comunista no campo vinha de laços com o Ministério do Trabalho e a Supra, não de seu apelo junto aos camponeses. Rotta talvez estivesse falando sobre si mesmo, entretanto. Enquanto o democrata cristão Montoro controlou o ministério, as organizações ligadas à Igreja tinham chances muito melhores de serem reconhecidas pelo governo. Este era o plano de Montoro, como foi mostrado na reunião com padre Celso e na aparição junto a Rotta durante a manifestação do 1º de maio (p.337).

Apesar da passagem se concentrar especialmente no debate da sindicalização rural à luz do contexto paulista, o autor sintetiza parte da movimentação que permitiu a peculiar inserção da Igreja naquele contexto. Busco destacar dois pontos. Em primeiro lugar, o papel dos Círculos Operários para a própria atuação da Igreja e, em segundo lugar, uma possível diferença entra a atuação da Igreja e dos comunistas – entenda-se aí PCB e Ligas conjuntamente – na luta pela fundação dos sindicatos rurais.

No tocante ao primeiro ponto, a menção à criação dos Círculos Operários faz referência ao Movimento Circulista que, conforme destaca Stein (2008, p.176-177), foi gestada pela Igreja ainda nas primeiras décadas do século XX, com forte proximidade da política estatal trabalhista e entusiasta da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 13 José Rotta foi presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo. Fortemente ligado à Igreja Católica e de perfil conservador foi diretor da CONTAG entre 1964 e 1967.

1930. Os Círculos Operários atuavam na direção da criação de uma “frente trabalhista cristã” que fosse capaz de influenciar a ordenamento sindical da época, majoritariamente urbano, a se manter distante de vínculos comunistas.

A relação entre o governo federal e os Círculos Operários até o início dos anos 1960 se mantinha especialmente por meio de serviços assistenciais que eram administrados pela Confederação Nacional de Operários Católicos (CNCO), tais como Serviço Social do Comércio e Serviço Social Rural, vinculados ao Ministério do Trabalho e Ministério da Agricultura, respectivamente¹⁴. Ademais, esta relação tende ao desalinhamento especialmente a partir do momento em que avançam as propostas reformistas dentro de alguns setores do próprio Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB de Goulart. Naquele contexto, “a CNCO trataria de preparar uma liderança militante que pudesse intervir como ativistas sindicais, a partir de um programa ‘anticomunista’ e ‘antitrabalhista’, o que era considerado, pelas outras forças políticas, como um posicionamento pela defesa do status quo agrário” (STEIN, 2008, p. 181). Nesse sentido, o próprio posicionamento de Montoro, enquanto Ministro do Trabalho, pode ser ilustrativo do quadro tensionado entre Igreja e parte do PTB diante das propostas de reformas de base:

Como presidente do PDC¹⁵, quando foi deputado federal de São Paulo e como membro do gabinete de Tancredo Neves, Montoro era o político católico mais influente e de maior destaque no Brasil. Dado o idealismo pragmático dos democratas cristãos, não é de se surpreender que Montoro defendesse no gabinete a sindicalização dos camponeses. O assunto ressurgiu após o pronunciamento do Presidente Joao Goulart por ocasião ao 1º de maio. Pela primeira vez, Goulart comprometia seu governo publicamente com a implementação de uma reforma agrária radical, inclusive a revisão da Constituição, para eliminar o requerimento de pagamento em dinheiro pela terra desapropriada. A nova agressividade de João Goulart alarmou o gabinete de Neves, que se opôs à modificação constitucional.

14 Idem.

15 Partido Democrata Cristão.

Com medo de que os ganhos comunistas junto aos trabalhadores rurais pudessem dar ao Presidente o apoio que precisava para forçar a aprovação de suas reformas pelo Congresso, o conselho de ministros reuniu-se em 11 de maio para discutir suas reações à nova iniciativa de Jango. Montoro mostrou ao mesmo tempo inquietação pela aparente anarquia causada pelas ações dos militantes rurais dos comunistas e Ligas Camponesas e o desejo de lidar com o problema construtivamente. [...] Em vez de pressionar pela supressão do movimento, Montoro defendia a criação de um movimento rural controlado pela introdução dos sindicatos sancionados pelo Estado (WELCH, 2010, p.332-333).

O quadro retrata a crise gerada no gabinete de Tancredo diante da manifestação de Goulart em maio de 1962. Este ilustra as circunstâncias do distanciamento de alguns setores do trabalhismo da linha que vinha sendo apoiada pela Igreja. A partir do instante que o reformismo de Goulart passa a ser encarado como possível fonte de seu fortalecimento de laços com comunistas e Ligas Camponesas, Montoro passa a encarar a questão da sindicalização como instrumento importante para equiparar essa disputa e, assim como apresentado anteriormente, levou adiante a iniciativa de sindicalização por meio da portaria 209-A de maio de 1962. Segundo Ramos (2011, p.65), esta portaria foi elaborada a partir de pressões da Confederação Rural Brasileira e definia a possibilidade de existência de mais de um sindicato por município, cabendo ao trabalhador estabelecer sua filiação de acordo com sua categoria profissional. Essa condição foi criticada pela ULTAB¹⁶ que apontava incoerências quanto os critérios utilizados pelo Ministério do Trabalho para o reconhecimento dos sindicatos. Evidentemente, essa crítica estava relacionada às decisões de Montoro, que passou a dar preferência ao reconhecimento de unidades sindicais que estivessem sob o controle de grupos ligados à Igreja.

Entretanto, essa decisão não se mostrou duradoura. Já em novembro de 1962, quando o Ministério do Trabalho passou a ser ocupado por João Pinheiro Neto durante o gabinete de Hermes Lima, sendo elaborada a portaria 355-A que revia os critérios para a criação de sindicatos ru-

16 União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, entidade controlada na época pelo PCB.

rais. Dentre as novas regras, pode-se destacar a redução para apenas cinco categorias de enquadramento sindical – trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária, trabalhadores de atividades extrativas, trabalhadores autônomos e pequenos proprietários – e a existência de exclusivamente um sindicato por categoria em cada cidade, assim como a existência de somente uma federação por estado e uma confederação nacional. Além disso, outro elemento que redefiniu largamente a corrida pela busca da representação sindical daquele período em diante foi a decisão que todos os sindicatos rurais já reconhecidos passassem por uma nova análise¹⁷, o que obrigou a Igreja a retroceder alguns passos, diante da vantagem que havia conseguido com as medidas de Montoro¹⁸.

Welch (2010) também faz referência à fala de José Rotta, que destaca uma possível diferença entre as práticas adotadas pela Igreja e PCB, sendo que os primeiros teriam apostado em “sindicatos de formação”, enquanto os últimos caminhavam na direção associações civis, laços com o Ministério do Trabalho e com a Superintendência de Política Agrária (SUPRA). O posicionamento de Rotta se mostra interessante porque, conforme destaca o próprio autor, parece desprezar o apoio prestado por Montoro, se concentrando muito mais na valorização dos espaços de formação de lideranças ligados à Igreja. Ao mesmo tempo, critica a atuação dos comunistas com suas associações civis – leia-se, especialmente, as Ligas Camponesas – e sua aproximação com o governo federal. E nesse sentido, a própria fala de João Pinheiro, que foi inicialmente ministro do trabalho e depois, presidente da SUPRA, parecem não contemplar a crítica:

E na sindicalização rural, que foi feita pela SUPRA (nós fizemos mil e tantos sindicatos rurais), o Jango sempre dizia: “Façam sindicatos com a Igreja, com a ala mais moderada da Igreja. Cuidado para os comunistas não se infiltrarem nos sindicatos rurais”. Era a recomendação que ele fazia. O grande inimigo do sindicalismo na área trabalhista e rural era o comunismo¹⁹.

17 Ibidem, p.66.

18 Essa situação ajuda a compreender as razões pelas quais a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) se mostrou contrária à demissão de João Pinheiro Neto do Ministério do Trabalho, uma vez que a mesma era controlada pelo PCB, que também tinha o controle da ULTAB, esta última, fonte de críticas recorrentes às medidas de Franco Montoro.

19 NETO, João Pinheiro. João Pinheiro Neto (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CP-DOC.

O presidente da SUPRA ajuda a ilustrar a complexidade do quadro estabelecido. Se por um lado, ao redefinir os critérios de sindicalização rural, ele agradou em parte aos comunistas, o próprio presidente da república naquele momento incentivava que a sindicalização fosse levada adiante mais próxima de setores da Igreja. O relato não contempla essa afirmação, mas é plausível considerar que a “ala mais moderada da Igreja”, mencionada por Jango não fosse a Ação Popular (AP)²⁰. Isto porque, a mesma estava representada dentro da própria SUPRA, com Padre Laje e Padre Alípio que, segundo João Pinheiro Neto, “queriam uma sindicalização mais radical”. Os dois eram membros da Comissão de Sindicalização Rural, que contava com quadros tanto da Superintendência quanto do Ministério do Trabalho.

Assim, se não era a AP de Alípio e Laje, tampouco os grupos influenciados pelos Círculos Operários, fica a questão de quem seriam os “moderados” da Igreja. Exemplos como este servem para apontar a dificuldade do estabelecimento de rótulos ou mesmo a definição de oposições e coalizações naquele contexto. Ao defender a reforma agrária em discurso no 1º de maio de 1962, Jango foi visto como uma ameaça pelos grupos ligados à Igreja. Pouco mais de um ano depois, defendia junto ao seu presidente da SUPRA uma aliança com os católicos, estes últimos que acabaram por apoiar o golpe em 1964 que tiraria da presidência da república o próprio Jango.

Um dos elementos que contribuíram para a deterioração da relação entre Arraes e os grupos católicos empenhados na iniciativa da sindicalização rural foi o rompimento dos contratos que o governo estadual havia firmado com a USAID²¹ e com o IBAD²², ainda no governo anterior. Em maio de 1963, Arraes torna público seu desacordo com os termos dos vinculados ao programa Aliança para o Progresso. As queixas concentravam-se em dois princípios, a ingerência dos órgãos internacionais sob as ações estatais e a inconstitucionalidade dos acordos. O governador denunciava

20 A Ação Popular surge de uma dissidência entre os grupos católicos estudantis durante os anos de 1961 e 1962. Ver mais em Koury (2010).

21 A USAID (United States Agency for International Development) era uma agência ligada ao governo dos Estados Unidos responsável por implementar o programa Aliança para o Progresso. O objetivo do programa era fomentar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, ao mesmo tempo que pretendia impedir o avanço do comunismo na região, especialmente depois da revolução cubana. O programa foi criado em 1961, durante o governo de John Kennedy. Ver mais em Barros (1965).

22 Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

que, nos moldes firmados, “os representantes do USAID ficavam com o direito de controlar toda ação do Govêrno, inclusive o direito unilateral de aplicar a seu critério, os recursos fornecidos pelos Estados Unidos”²³. Além disso, caso o governo estadual adotasse alguma medida considerada imprópria pela agencia americana, deveria devolver o dinheiro segundo critérios estabelecidos pelo financiador.

O governador de Pernambuco também questionou a própria legalidade dos acordos que vinham sendo estabelecidos entre os governos estaduais do nordeste e as agências estrangeiras. Segundo ele, acordos entre entidades internacionais somente poderiam ser firmadas por intermédio do governo federal, sendo que a maioria destes haviam sido firmados à revelia da SUDENE²⁴, órgão que representaria o Estado brasileiro nos eventuais projetos direcionados ao desenvolvimento da região.

Quanto ao IBAD, segundo Koury (2010), o Instituto havia se comprometido diretamente com a campanha de João Cleofas, candidato que disputou com Miguel Arraes as eleições para o governo de Pernambuco em 1962.

[...] Ivan Hasslocher, integralista, diretor-geral do IBAD, e que foi apontado como sendo agente de ligação da CIA (Agencia Central de Informações) dos Estados Unidos para com o Brasil, Bolívia e Equador. Além disso, o próprio IBAD foi denunciado como sendo uma das principais operações políticas da CIA no Rio, sendo basicamente uma organização de ação anticomunista. [...] O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias (DREIFUSS,1981, p.102-103).

Nos moldes definidos acima, o IBAD esteve presente em Pernambuco apoiando financeiramente o SORPE, ligado aos setores mais conservadores da Igreja sob a liderança de Padre Melo e Padre Crespo, párocos

23 Novos Rumos de 10 a 16 de maio de 1963.

24 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

dos municípios de Cabo e Jaboatão, respectivamente. Nas palavras do próprio governador, sobre a interferência do Instituto em seu governo:

Recebi a Prefeitura do Recife depois de uma administração excelente do socialista Pelópidas Silveira. Essa situação me proporcionou condições de desenvolver um programa para o governo popular mais amplo, o que provocou, na minha campanha para o governo do Estado, a ação do conhecido IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Este organismo interferiu acintosamente, subornando, financiando, tendo eu mesmo, na CPI que investigou suas atividades, levado à Câmara Federal 500 documentos comprobatórios de sua ação em Pernambuco. Há muitos outros. Por exemplo, o projeto da construção de estradas de rodagem no Nordeste, da SUDENE. (...) Pois bem, todos os projetos dos outros Estados nordestinos foram aprovados para entrar em operação de financiamento externo, encaminhada pela SUDENE, salvo o de Pernambuco, alegando-se motivos puramente técnicos, que não foram declarados ou esclarecidos. Era uma discriminação de fundo político – pelo fato de eu ser governador do Estado – tanto que o superintendente da SUDENE, economista Celso Furtado, se recusou aceitá-la. Mas não ficou nesse caso específico a interferência estrangeira – diga-se norte-americana. Os norte-americanos faziam contatos, abertamente, no Estado, a nível de prefeituras municipais do interior, oferecendo aos seus titulares recursos para obras públicas, contanto que se colocassem em oposição ao governo de Pernambuco (TAVARES, MENDONÇA, 1979, p.10).

As manifestações de Arraes sobre as interferências estrangeiras na política nacional renderam a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional em maio de 1963. Em agosto do mesmo ano, o resultado da investigação apontou que o financiamento do órgão era de fato de origem norte americana²⁵. Diante disso, Jango decre-

²⁵ Relatório final da CPI do IBAD (Projeto de Resolução nº 35, de 1963, parecer do re-

tou a suspensão das atividades do Instituto por três meses²⁶.

Há de se destacar que o posicionamento de Arraes de denúncia à interferência de organismos internacionais colocaram-no em destaque no cenário nacional e internacional²⁷, conforme pode ser verificado no relatório assinado pelo diplomata inglês John Morgan em dezembro de 1963.

Arraes não é um intelectual, mas passa a impressão de inteligência e de extrema perspicácia. Seus olhos são semelhantes a um corretor da bolsa de valores. Sua astúcia camponesa, coberta por uma fina camada de falso bom humor faz lembrar Mr. Khrushchov²⁸ de 10 anos atrás. A questão principal é se ele é uma ferramenta do comunismo internacional – a minha impressão pessoal foi a de que se há alguma ferramenta sendo utilizada é Arraes quem a está manuseando. Apesar de ostentar idas semanais à igreja, sua filosofia política certamente estaria mais próxima da soviética do que a da democracia cristã. (...) Resumindo, ele não é o tipo de pessoa que eu gostaria de ver o Reino Unido fazer tentativas para ‘prestigiá-lo’ nesse momento (CANTARINO, 1999, p.41-42).

A leitura do diplomata inglês, elaborada já ao final do ano de 1963,

lator e declarações de voto). Brasília: Diário do Congresso Nacional, 14 de dezembro de 1963, seção I, p. 9937-63.

26 Em dezembro de 1963, o Poder Judiciário define pela dissolução do Instituto.

27 Segundo Cavalcanti (1978), o interesse pelo sucesso de Miguel Arraes nas eleições de 1962 era tão grande, que o então presidente dos Estados Unidos questionou diretamente o governador do Rio Grande do Norte, Aloísio Nunes, durante visita à Casa Branca, sobre as chances do então prefeito de Recife alcançar o cargo de governador. Além disso, destaca também que o interesse norte americano em Pernambuco era tamanho que o corpo diplomático da embaixada americana em Recife chegou a 14 vice-cônsules, número bastante alargado diante da demanda de representação que caberia ao estado pernambucano. O autor explica esse número afirmando que parte dessa representação era composta por agentes ligados à CIA, envolvidos em ações de espionagem e a supervisão de recursos transferidos aos grupos apoiados pelos americanos no estado, tal como o IBAD. O próprio embaixador americano na época admite o repasse de recursos de mais de 5 milhões de dólares para “candidatos a postos eletivos, com a condição de que defendessem a participação do capital estrangeiro na economia brasileira e combatessem a reforma agrária” (p.300).

28 Nikita Khrushchev foi chefe de governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entre 1958 e 1964.

aponta algumas indicações dos rumos daquele primeiro ano do governo de Arraes. Ele já havia tomado iniciativas que produziam resultados promissores, ao menos quanto aos problemas envolvendo o campo. Entre proximidades e distanciamentos, as informações sugerem um vínculo mais consistente com os comunistas do que propriamente com setores da Igreja. Quanto às Ligas, estas se mostravam sem o mesmo protagonismo de antes, mas ainda desfrutavam de espaço nas disputas e negociações em função da atuação pregressa. Por fim, destaca-se o aparente controle da situação administrada por Arraes no estado. Mediando a acirrada disputa pelos sindicatos, o desgosto dos representantes do patronato, pequenos grupos trotskistas, entre outros. Segundo Barros (1965, p.136), “Arraes lutava, em tôdas as frentes, contra o extremismo e a radicalização. Sabia êle que (...) levariam fatalmente à derrota as forças políticas da esquerda nacional”. Ao final de 1963, Arraes recolhia avanços de uma política caracterizada por intensa negociação entre partes interessadas, consagrado na memória dos trabalhadores rurais.

Segundo Gregório Bezerra (1979), em março de 1963, o salário mínimo de 450 cruzeiros já era pago aos trabalhadores rurais de quase toda a zona açucareira do estado. Entretanto, a inflação corroía os salários e precisavam continuar na luta. “O mais importante foi a compreensão que elas tiveram de que não deviam parar naquilo que já tinha sido conquistado”²⁹. Assim, no segundo semestre se consolida a demanda de novo reajuste para o salário mínimo: 950 cruzeiros³⁰. A resposta dos patrões foi negativa. Estavam lançadas as bases da grande greve de novembro de 1963.

Quando o movimento grevista eclodiu, todos se surpreenderam com a sua extensão: 200 mil trabalhadores rurais paralisaram toda a região açucareira do Estado de Pernambuco. Escolhemos um bom momento para a greve: era época da moagem, os canaviais estavam cheios de cana cortada, secando no palhado, sem transporte. Se a greve durasse, a cana secaria e os usineiros teriam um grave prejuízo (BEZERRA, 1979, p.177).

A quantidade de trabalhadores envolvidos na greve alcançou tal

29 Idem p.177.

30 Esses números se mostram conflitantes em algumas fontes. Segundo Brasil (1964), o salário mínimo no início do ano de 1963 era de 430 cruzeiros, tendo alcançado 15.100 cruzeiros ainda antes greve de novembro. Como resultado da mobilização teriam alcançado 27.180 cruzeiros.

volume diante da adesão de sindicatos controlados não somente por comunistas, mas também pela Igreja e pelas Ligas, como lembra Padre Crespo:

Mesmo naquela ocasião, na grande greve de 1962³¹, a Federação fez um comitê de greve, com a participação de todos os grupos que atuavam no campo: as Ligas Camponesas, o Partido Comunista, todos fizeram parte. Nós tínhamos a grande maioria dos sindicatos, 80% dos integrantes eram trabalhadores do sindicato de orientação da Igreja. Eles eram minoria. Mesmo naquela situação difícil, nós estávamos abertos à contribuição de outros grupos políticos que quisessem trabalhar para o bem do trabalhador. Estava definido o que a gente queria: 80% de aumento salarial e uma tabela do campo. A gente definiu as coisas. ‘Em cima disso, nós podemos caminhar juntos, terminou isso aqui, não podemos mais. Vocês têm um método, nós temos outro, vocês têm um objetivo, nós temos outro’³².

Ainda que não seja possível estabelecer com precisão o peso de cada grupo e seus sindicatos na greve de 1963, a narrativa de Padre Crespo é bastante conclusiva no sentido de que, nas disputas salariais, as diferenças políticas entre os grupos que controlavam os sindicatos precisavam ser deixadas de lado para que efetivamente se pudesse melhorar as condições de trabalho para os assalariados rurais. Isto fica ainda mais evidente na afirmativa de Francisco Julião, ao falar sobre a dificuldade enfrentada pelo governo do estado em estabelecer os acordos com o patronato:

O Arrais (sic) começou a aplicá-las, mas encontrou muita resistência. Então, toda a massa se congregou, todos os sindicatos e ligas se reuniram em torno do governador. E o governador aceitou o que era justo, quer dizer, patrocinou a greve. (...)Na greve, reivindicava-se um aumento de salário, o repouso semanal remunerado, férias e o décimo-terceiro. A greve englobou tudo.

31 Fica claro na passagem a partir das referências apresentadas na fala do entrevistado que trata-se do ano de 1963.

32 Depoimento concedido ao Centro de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco.

De um dia para o outro, quando o ministro do Trabalho, Amauri Silva, chegou a Pernambuco para solucionar a greve, houve os entendimentos e todos estavam ali: a liga, os sindicatos, os partidos, Arrais(sic). Estavam todos reunidos. Nesse momento, a frente era completa e absoluta, não havia nenhuma discrepância³³.

As informações trazidas por Julião, somadas às manifestações de Bezerra e Padre Crespo perfazem um quadro bastante peculiar sobre os rumos da política agrária adotada por Arraes em Pernambuco, durante o ano de 1963. “Patrocinar a greve” dá o tom da coalisão necessária para se criar as bases da negociação. Somente foi possível a implementação efetiva dos direitos trabalhistas para as massas assalariadas do estado em razão da pressão exercida pelos trabalhadores e seus sindicatos. O principal resultado da greve de novembro ficou conhecido como “Acordo do Campo³⁴”. Além de redefinir os valores do salário, o documento também contemplava a revisão da Tabela de tarefas do Campo.

O detalhado trabalho de Arraes foi chegar à chamada Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo. (...)O salário do lavrador não é uma dádiva, como o do funcionário público: está ligado ao número de feixes de cana cortados, à roçagem, encoivação, à sulcagem com o boi e à cavagem de enxada, à despalha da cana e ao enchimento de carro, ao semeio, à gradeação. A Tabela vai às minúcias (CALLADO, 1980, p.114).

A Tabela de Tarefas, segundo Dabat (2003), era renegociada a cada início de safra, mas o ganho comemorado pelos sindicatos de trabalhadores rurais na época foi fruto daquela mobilização específica. Muito do reconhecimento que Arraes recolheu por parte das populações rurais de Pernambuco foi proveniente de ganhos como o destacado acima.

Francisco Julião, em passagem anterior, destaca que “todos estavam ali” para reivindicar diante do então ministro do Trabalho em novembro de 1963, reforçando a diversidade de representação que fazia daquela demanda legítima. Ao mesmo tempo, é importante destacar que o “direito

33 Francisco Julião – Entrevista à Aspásia Camargo. CPDOC/FGV.

34 Para mais informações sobre o Acordo do Campo e a construção da Tabela de Tarefas ver Dabat (2008).

de reivindicar”, como destacou antes um ex-funcionário da Secretaria Assistente de Pernambuco, era algo bastante recente, e produto fortemente incentivado pelo próprio governo de Arraes. Assim, aqueles sindicatos que davam corpo às demandas dos trabalhadores, valorizados com espaços reconhecidos, sentados à mesma mesa dos patrões, reuniram forças e legitimidade, especialmente no decorrer do ano de 1963. Isto é, o governo estadual fomentou políticas – como a sindicalização rural – que fortaleceram as próprias condições para os ganhos reais daquele grupo. Em resumo, o contexto que se apresenta é que Arraes mostrou ter a habilidade necessária para construir elementos capazes de sustentar decisões políticas que possivelmente não teriam êxito caso fossem tocadas exclusivamente por parte do poder executivo do estado.

Considerações Finais

Não é tarefa simples definir com precisão as razões pelas quais o governo de Arraes tenha se empenhado tanto na direção de sua política de sindicalização do campo. Tal como foi apresentado, esta foi gestada em outras esferas de poder e em âmbito nacional. Fato é que Pernambuco foi destaque na aplicação dos direitos trabalhistas antes do golpe militar de 1964 e a análise da atuação do governo de Pernambuco no período permite evidenciar como muito das possibilidades de ação, ou mesmo dos problemas enfrentados pelo governador, foram produto da ação anterior das Ligas Camponesas. Isto é, se as Ligas foram capazes de ampliar o alcance das vozes de posseiros, meeiros ou trabalhadores rurais, também tornaram grande parte das medidas de enfrentamento dos problemas por ela denunciados como tomadas por simpatizantes da “agitação no campo”.

As medidas adotadas pelo governo de Arraes indicam uma tentativa de buscar um equilíbrio entre o avanço dos direitos, ao mesmo tempo que medidas mais drásticas como as desapropriações eram evitadas. O governo estadual incentivou a sindicalização rural como alternativa para se fazer presente e atuante diante dos problemas locais, mas também marcando posição no enfrentamento de um problema que se mostrava presente no restante do país. Ao mesmo tempo, a alternativa gestada pelo poder executivo permitiu que os trabalhadores rurais de Pernambuco passassem a dispor de uma condição que historicamente não lhes era comum. O “direito de reclamar” inaugurou também novas possibilidades de luta e resistência por parte de quem recorrentemente se via desprovido de direitos.

Referências

ANDRADE, M. C. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: ed. Ática, 1986. 64 p.

ARRAES, M. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Recife: Governo do Estado, 1963.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Recife: Governo do Estado, 1964.

AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1982.

ALVES, B. J. P. **A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização**. 2010. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 2010.

ALVES, B. J. P. **Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/Unicamp, Campinas, 2015.

BARROS, A. **Ascensão e Queda de Miguel Arraes**. Rio de Janeiro: ed. Equador, 1965. 173 p.

BASTOS, E. R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984. 144p.

BEZERRA, M. **Memórias, segunda parte: 1946-1969**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRASIL, J. Arraes, o **Fazedor de Homens Livres**. Primeiro ano da revolução Pernambucana. São Paulo: Fulgor, 1964. 101p.

CALLADO, A. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 183 p.

CAMARGO, A. **A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - INDIPO/FGV, 1979.

CANTARINO, G. **1964: A Revolução para Inglês ver**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 159 p.

CAVALCANTI, P. **O Caso Eu Conto Como Foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. 412 p.

DABAT, C. P. Y. R. **Moradores de Engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2003. 668 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2003.

_____. Uma “caminhada penosa”: A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-2, p. 291-320, 2008.

JULIÃO, F. **Bença Mãe**. Mimeo, 1963.

KOURY, M. G. P. **Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950 – 1974**. 2010. 370 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos, 2010.

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MONTARROYOS, C. **O Tempo de Arraes e o Contratempo de Março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982. 135 p.

PRADO JR, C. **A Questão Agrária**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 188 p.

RAMOS, C. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma**

análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964 -1985). 2011. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense-UFF, 2011.

STEIN, L.M. **Trabalhismo, Círculos Operários e Política:** A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. 218 p.

TAVARES, C; MENDONÇA, F. **Conversações com Arraes.** Belo Horizonte: Vega, 1979. 138 p.

WELCH, C. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2010. 480 p.